

IX ENCONTRO DA ABCP

Ensino e pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais

**ANÁLISE DE CONTEÚDO DE DISCURSO: INTERPRETANDO A POLÍTICA  
EXTERNA BRASILEIRA NA FALA DE SEUS LÍDERES POLÍTICOS**

Danielle Costa da Silva – LABMUNDO – IESP/UERJ  
Renata Albuquerque Ribeiro – LABMUNDO – IESP/UERJ  
Tássia Camila de Oliveira – LABMUNDO – IESP/UERJ

Brasília, DF  
04 a 07 de agosto de 2014

## **ANÁLISE DE CONTEÚDO DE DISCURSO: INTERPRETANDO A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA FALA DE SEUS LÍDERES POLÍTICOS.**

Danielle Costa da Silva – LABMUNDO – IESP/UERJ  
Renata Albuquerque Ribeiro– LABMUNDO – IESP/UERJ  
Tássia Camila de Oliveira– LABMUNDO – IESP/UERJ

Resumo do trabalho: O artigo tem por finalidade contribuir para a utilização de novas análises interpretativas sobre a própria política externa brasileira por meio da criação de um extenso banco de dados dos discursos dos presidentes brasileiros. A criação de um banco de discursos tem como objetivo utilizar a análise de conteúdo de discurso como método para investigar (inicialmente) as mudanças na política externa brasileira em diferentes tópicos da política externa. A principal contribuição, contudo, é a categorização de padrões de análise que serão de grande utilidade para estudos futuros. Ao criar o banco de discursos, tem-se a intenção de tornar pública a ação e/ou intenção dos governos, sobretudo por meio de análise da atuação governamental, bem como facilitar e estimular o uso da interpretação dos discursos para fins de pesquisa acadêmica.

Palavras-chave: política externa brasileira; discursos; análise de conteúdo.

### **Introdução**

A Política Externa brasileira tem entrado cada vez mais no cotidiano dos brasileiros. Se houve um tempo em que se julgavam as decisões políticas internacionais como de domínio apenas do Estado, atualmente há uma inegável e crescente demanda por maior participação social nas decisões internas e externas. Milani e Pinheiro (2013), ao apontar para esse processo de transição, ressaltam a necessidade de construção de novos marcos interpretativos por parte da academia como, por exemplo, deslocar a percepção da política externa como uma política de Estado, para percebê-la como uma política pública. Sem adentrar de forma mais aprofundada no debate travado pelos autores, esse novo olhar que aproxima doméstico do externo, nos faz refletir sobre os processos desta transição e se ela é notável no decorrer do tempo. É possível identificar uma mudança de discurso capaz de atribuir novos significados à Política Externa Brasileira?

Sob a influência weberiana, entendemos que o “fazer ciência” é sempre um esforço interpretativo e incompleto de determinada realidade. Neste sentido, esta proposta de artigo sobre metodologia de ensino e pesquisa tem por objetivo contribuir para novas análises interpretativas sobre a política externa por meio da criação de um extenso banco de dados

de discursos dos presidentes brasileiros que vai do período da Nova República (de Tancredo Neves) ao período atual (Dilma Rousseff). As amostras integradas ao banco de dados são, principalmente, os “discursos oficiais” disponíveis no período delimitado, agregando, sempre que possível, entrevistas com os presidentes e ministros e outros atores relevantes.

O projeto Análise de Discursos de Política Externa do Laboratório de Análise de Política Mundial (LABMUNDO) tem como objetivo utilizar a análise de conteúdo de discurso como método para investigar as mudanças na política brasileira nos diversos tópicos da política externa, além da participação do país em instituições, blocos e/ou Organizações Internacionais. A intenção, ao criar tal banco de pronunciamentos oficiais, é a de evidenciar a ação e/ou intenção dos governos, buscando também facilitar e estimular o uso da interpretação dos discursos para fins de pesquisa acadêmica, com atenção especial à política externa e às relações internacionais, mas sem deixar de lado a conjuntura doméstica e as demais vertentes teóricas que buscam compreendê-la.

A metodologia adotada para a catalogação e, posteriormente, categorização dos discursos é de viés qualitativo por meio de um software de análise de dados qualitativos e quantitativos denominado NVivo 10, sendo possível filtrar e classificar os discursos de forma eficiente. O software, ademais, permite que o material seja reunido sob um tema, ideia ou tópico por meio de um processo de codificação. Apesar das ferramentas quantitativas do software, não temos como objetivo tornar a análise quantitativa um mero recurso mecanizado, excluindo a análise subjetiva e interpretativa. Por esta razão, a linha teórica que modela nosso viés de análise traz uma perspectiva crítica dos modelos behavioristas de “fazer ciência”. Utilizando como base teórica o trabalho de Laurence Bardin (1977), pode-se afirmar que a “análise de conteúdo” tem por princípio uma abordagem investigativa que não negligencia as influências sócio espaciais e o contexto em que determinado discurso se insere, bem como não negligencia a própria capacidade de influência do pesquisador sobre este processo. A essa concepção teórica, soma-se a concepção da Análise de Discurso que considera o discurso como uma interface tridimensional: qualquer “evento” discursivo deve ser considerado simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social (FAIRCLOUGH, 2001, p.22). Já que o discurso é socialmente construído e, portanto, moldado pelos processos da prática social, podemos utilizá-lo como ferramenta de análise da ação dos atores encarregados da prática política. Portanto, também consideramos o discurso como uma estrutura social por meio da qual podemos identificar as ideias e os interesses dos atores, levando em consideração também quem discursa, para quem se discursa, em qual lugar e com qual objetivo se discursa. Ainda segundo

Fairclough(2001, p.22), os discursos “não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais”como também “efetivamente as constroem ou ‘constituem’”. Isso é relevante para o caso dos pronunciamentos oficiais de representantes do Estado, pois, por meio do discurso, eles anunciam decisões, opções estratégicas, projetam sua identidade, entre outros.

Sendo assim, este artigo está dividido em quatro partes. Além desta introdução, apresentamos a perspectiva teórica aqui utilizada a fim de definir tanto nossa abordagem metodológica, quanto os conceitos aplicados nesse trabalho. Tal explanação faz-se necessária, sobretudo, para suprir possíveis carências metodológicas e teóricas ao longo do trabalho. Não objetivamos trazer definições definitivas, mas apenas aquelas capazes de atender às demandas aqui postas. Após a abordagem teórica, apresentamos a parte prática, explanando sobre as etapas do trabalho desde a seleção dos discursos às interpretações e primeiros resultados após o tratamento dos dados. Por fim, apresentamos nossas conclusões iniciais visando a contribuir para o debate metodológico e teórico por meio de novas análises capazes de redirecionar o olhar para a atual conjuntura que a Análise de Política Externa vem adquirindo. A apresentação, neste sentido, da Análise de Conteúdo de Discursos objetiva, sobretudo, ilustrar as potencialidades do projeto e demonstrar a sua funcionalidade para a análise da política externa brasileira.

## **1. A abordagem teórica: a escolha pela Análise de Conteúdo**

Primeiramente, fez-se necessário definir as bases teóricas que permitiriam dar sentido a parte prática da pesquisa. A necessidade inicial era de justificar a utilização da Análise de Conteúdo como base teórica para análise do material proposto. Para isso, foi preciso igualmente, diferenciar os aportes metodológicos da Análise de Discurso e da Análise de Conteúdo.

Para Bardin (1979), a Análise de Conteúdo abrange as iniciativas de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, com a finalidade de se efetuarem deduções lógicas e justificadas a respeito da origem dessas mensagens (quem as emitiu, em que contexto e/ou quais efeitos se pretende causar por meio delas). Como se pode perceber pela definição apresentada, a autora defende que a Análise de Conteúdo oscila entre os dois polos que envolvem a investigação científica: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade, resultando na elaboração de indicadores quantitativos e/ou qualitativos que devem levar o pesquisador a uma segunda leitura da comunicação, baseado na dedução, na inferência. Essa nova compreensão do material textual, que vem

substituir a leitura dita “normal” por parte do leigo, visa a revelar o que está escondido, latente, ou subentendido na mensagem. Logo, a Análise de Conteúdo pode ser utilizada tanto em pesquisas de cunho quantitativo, quanto qualitativo, nas Ciências Sociais (BARDIN, 1979, p.4).

O desenvolvimento da Análise de Conteúdo como procedimento de exame de comunicações de cunho jornalístico se deu no início do século XX nos Estados Unidos da América, durante cerca de 40 anos. A Universidade de Colúmbia, durante a I Guerra Mundial, foi pioneira nesses estudos quantitativos de material de imprensa e propaganda, caracterizados por intenso rigor matemático. Porém, Bardin (1979) afirma que no período seguinte à II Guerra Mundial, a Análise de Conteúdo caiu no descrédito e no desinteresse dos investigadores, cujos trabalhos não obtiveram o alcance e nem o mérito esperados. Contudo, nos anos 1950, houve uma revitalização da mesma, que passou a ser novamente discutida em vários congressos sobre Psicolinguística de forma mais aberta e diversificada. Para os problemas ainda não abrangidos pela Análise de Conteúdo, foram desenvolvidas novas perspectivas metodológicas e surgiram dessa vez novos questionamentos por outras áreas das ciências sociais além do Jornalismo, como a Etnologia, a História, a Psiquiatria, a Psicanálise, a Linguística, a Sociologia, a Psicologia e a Ciência Política, cada uma propondo sua contribuição(CAPPELLE, LOPES MELO e GONÇALVES, 2003, pp.4-5).

Com a acentuação do debate entre a pesquisa quantitativa e qualitativa nas Ciências Sociais, passa-se a discutir também a utilização da Análise de Conteúdo tanto por uma, quanto por outra abordagem. Nesse caso, as análises quantitativas preocupam-se com a frequência com que surgem determinados elementos nas comunicações, preocupando-se mais com o desenvolvimento de novas formas de procedimento para mensurar as significações identificadas. Por outro lado, os enfoques qualitativos voltam sua atenção para a presença ou para a ausência de uma característica, ou conjunto de características, nas mensagens analisadas, na busca de ultrapassar o alcance meramente descritivo das técnicas quantitativas para atingir interpretações mais profundas com base na inferência (BARDIN, 1979; MINAYO, 2000, *apud*CAPPELLE, LOPES MELO e GONÇALVES, 2003, p.5).

A Análise de Conteúdo, desde seu surgimento até os dias atuais, teve sua evolução perpassada por períodos de aceitação e de negação, despertando, ainda hoje, contradição e questionamento. Entretanto, assim como toda técnica de investigação, procura proporcionar aos investigadores um meio de apreender as relações sociais em determinados espaços, de uma forma apropriada ao tipo de problema de pesquisa proposto.

A Análise de Conteúdo visa, portanto, “a ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica em relação à comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou observação”(MINAYO, 2000 *apud* CAPPELLE, LOPES MELO e GONÇALVES, 2003, p.5).

Já a Análise de Discurso surge como disciplina na década de 1960, na França, com os marxistas Michel Pêcheux, filósofo que considera a análise de discurso uma ruptura epistemológica com a ideologia dominante nas ciências humanas (o marxismo), e Jean Dubois, linguista que pensa a análise de discurso como a passagem natural do estudo das palavras ao estudo do enunciado (dentro da linguística). Se desde então já é possível notar certa indefinição sobre o conceito, com o passar do tempo e a popularização do campo por outras áreas do conhecimento, a dificuldade de definição conceitual aumentou ainda mais. De acordo com Nogueira (2001), devido à ampla influência que a temática vem adquirindo em diferentes campos, torna-se difícil estabelecer uma única e simples definição de Análise de Discurso. Em essência, a Análise de Discurso buscaria responder à seguinte questão: *o que este texto quer dizer?* Uma definição mais genérica a definiria como um “estudo aprofundado da linguagem de que se utiliza, procurando a identificação de padrões” (NOGUEIRA, 2001, p. 23).

Nogueira (2001) indica que a Análise de Discurso também pode ser compreendida como um campo de pesquisa com distintas abordagens: a Sociolinguística (voltada mais especificamente para a própria linguagem e sua variação), a Análise Conversacional (interessada no uso da linguagem, investigando aspectos implícitos e explícitos), Repertórios Interpretativos (que visa a identificar padrões na linguagem que se encontram associados quando se aborda o tema) e Análise Crítica do Discurso (que também procura por padrões, mas em um contexto mais amplo, associados a questões societárias ou culturais).

Em relação aos procedimentos de análise, a Análise de Discurso tem a noção de *funcionamento* como central, levando o analista a compreendê-lo pela observação dos processos e mecanismos de constituição de sentidos e de sujeitos, utilizando a paráfrase e a metáfora como elementos que permitem certo grau de operacionalização dos conceitos (ORLANDI, 2013, p.77).

De forma objetiva, pode-se dizer que o aspecto fundamental da Análise de Discurso está na compreensão do significado do texto por meio da análise de seus sentidos ocultos,

não ditos ou inconscientes, bem como da formação social e a ideologia de quem fala<sup>1</sup>. Além disso, a Análise do Discurso parte dos pressupostos de que o sentido de uma palavra expressa as posições ideológicas em jogo no processo sócio histórico em que são produzidas (CAPPELLE, LOPES MELO e GONÇALVES, 2003, p.10). Tal abordagem liga-se a uma tradição epistemológica que, em tese, contesta a perspectiva positivista de ciência e percebe a linguagem como capaz de construir objetos, sujeitos, subjetividade e a própria personalidade de um indivíduo.

Transpondo para o campo das relações internacionais, Milliken (1999, pp.226-227) vê a Análise de Discurso como um programa de pesquisa emergente engajando uma comunidade de acadêmicos que careciam de um paradigma de ciência. Tal “escola de discurso” é regularmente caracterizada como sendo uma ciência desviante ou marginal por causa da falta de teorias testáveis ou análises empíricas, além de adotar uma postura contra o “cientificismo”, rejeitando critérios e metodologia de análise, a qual levou tais pesquisadores para a Análise de Discurso visando um projeto pós-positivista.

Em comparação com a Análise de Discurso, a Análise de Conteúdo tem como enfoque um objeto muito mais específico e direto: não se busca padrões sociais, interpretações, mas tão somente revelar intenções e diretrizes políticas e suas possíveis relações com os contextos históricos e conjunturais. A Análise de Conteúdo parte da estrutura do texto para interpretá-lo, considerando-o como ilustração de uma situação limitada ao seu próprio contexto. Deste modo, a abordagem pela qual optamos trabalhar metodologicamente se diferencia em diversos aspectos da Análise de Discurso. A principal distinção é que nossa abordagem não se vincula a uma análise da linguagem, mas sim a um processo conjuntural, trabalhando com os produtos dos textos e buscando compreendê-los por meio de seu conteúdo.

Nossa proposta de Análise de Conteúdo de Discurso não deixa de lado questões tais como a capacidade dos discursos serem sistemas de significação, que caracterizam determinado contexto social e político, operando para dar às pessoas conhecimento sobre a realidade social (MILLIKEN, 1999, p.231), mesmo que não nos aprofundemos na análise das estruturas de significação que constroem realidades sociais, conforme o entendimento construtivista de significado (pessoas constroem o significado das coisas, usando sistema de signos); também consideramos a produtividade do discurso, ou seja, que os discursos definem os sujeitos autorizados a falar e a agir. Além disso, sustentamos a posição de Milliken a respeito dos analistas de discurso e de seus críticos terem em comum a defesa de

---

<sup>1</sup>Sendo esta influência do materialismo histórico.

que o debate não deve consistir em fundamentar uma pesquisa empírica rigorosa ou em desenvolver teorias melhores, mas sim na utilização de diversas abordagens analíticas que utilizam o objeto discurso como forma de interpretação de um contexto social, político, cultural ou econômico.

Assim como a proposta de Fairclough (2001) para a Análise de Discurso, a qual identifica as mudanças nas práticas discursivas como parte da engenharia da mudança social e cultural, a metodologia aqui proposta também procura desempenhar uma análise que possa ser usada como método investigativo das mudanças sociais e políticas dos governos em relação à política externa. Contudo, para identificar tais mudanças, nossa atenção encontra-se voltada para a quantificação da presença e a identificação da ausência de determinados temas no conteúdo dos discursos de atores oficiais dos governos, juntamente com a contextualização histórica, social e política e também com a interpretação subjetiva dos pesquisadores.

Destaca-se ainda que a Análise de Conteúdo dos pronunciamentos oficiais aqui proposta se diferencia da epistemologia discursiva proposta pelos pós-estruturalistas, centrada na ideia de que a prática discursiva implicaria uma ligação ontológica entre a política e a identidade, sendo por meio do discurso da política externa que a identidade do ator político surgiria (HANSEN, 2006, p.19). Nessa ontologia, o conceito de “discurso” não é equivalente ao de “ideias”, pois incorporaria tanto fatores materiais quanto ideacionais, e que a linguagem é significativa uma vez que é por meio dela que objetos, sujeitos, Estados, seres vivos e estruturas materiais seriam concebidos como tendo uma identidade particular. Dessa forma, o foco analítico estaria na construção do discurso da identidade ao mesmo tempo constitutivo da política externa e produto dela, o qual não é o objetivo da nossa pesquisa, orientada a visualizar, por meio da prática discursiva, a visão e a ação dos atores na formulação da política externa.

Assim, a preocupação da presente pesquisa não é com a semântica ou com os diversos significados encrustados nos discursos, mas sim em realizar por meio da Análise de Conteúdo de Discursos o levantamento das informações, propriedades e peculiaridades presentes nos discursos oficiais em prol da Análise de Política Externa, auxiliando tanto na construção da realidade política, social e econômica da política externa quanto para fundamentação das pesquisas por meio de material empírico tanto quantitativo quanto qualitativo. Para nós, o discurso não possui uma precedência ontológica sobre a dimensão material da histórica, e sim como estando inserido na realidade material, sendo portanto peça de evidência capaz de dialogar dialeticamente com a realidade material. A seguir



verifica-se como essas abordagens e definições guiaram a realização da parte prática do trabalho.

## 2. A pesquisa na prática: o Projeto Análise de Discursos de Política Externa

O projeto Análise de Discursos de Política Externa do Laboratório de Análise de Política Mundial (LABMUNDO) tem como objetivo utilizar a análise de conteúdo de discurso como método para investigar as mudanças na política brasileira nos diversos tópicos da política externa, tais como cooperação, defesa, energia, direitos humanos, economia política, e a participação do país em instituições e blocos tais como ONU, MERCOSUL, FMI, BRICS, etc. Ao criar o banco de discursos, tem-se a intenção de tornar pública a ação e/ou intenção dos governos, buscando também facilitar e estimular o uso da interpretação dos discursos para fins de pesquisa acadêmica, com atenção especial à política externa e às relações internacionais, mas sem deixar de lado a conjuntura doméstica e as demais vertentes que buscam compreendê-la.

De acordo com Bardin, a pesquisa da Análise de Conteúdo se divide em três fases: a *pré-análise* que corresponde à leitura flutuante, referenciação dos índices e a elaboração de indicadores, à organização do material como a escolha dos documentos e objetivos; a *exploração do material*, a fase mais longa e complexa com a classificação e codificação das fontes; e o *tratamento dos resultados*, por meio da inferência e interpretação. Além disso, a autora esclarece a importância da fase de codificação. Segundo Holsti, “a codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo” (HOLSTI, 1969 *apud* BARDIN, 1979, p. 133). É nela que são feitos recortes em unidades de contexto e de registro; é a fase da categorização, no qual os requisitos para uma boa categoria são a exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade e produtividade. Para codificar é necessário definir o elemento básico de análise ou onde aparece o termo procurado. Essas são as unidades de registro. Nesse momento é importante definir também as unidades de contexto, que é o contexto que ajuda a compreender a unidade de registro, por exemplo:

Tabela 1. Exemplo aplicado do modelo proposto por Bardin.

Tema	Categorias	Subcategorias	Unidades de registro	Unidades de contexto
------	------------	---------------	----------------------	----------------------

Direitos Humanos	Respeito aos direitos humanos	Direitos dos indígenas; direitos das mulheres; direitos das crianças; igualdade racial.	Termos: indígenas; mulheres; crianças; igualdade racial; respeito.	<p>Ex1. Collor, 1990: “As afrontas aos direitos humanos devem ser denunciadas e combatidas com igual vigor, (...). Neste campo, uma das minhas preocupações fundamentais é com a preservação da vida e dos costumes das comunidades indígenas do Brasil. Para tanto, meu Governo tomou medidas drásticas que constituem atitude de respeito absoluto e de proteção intransigente dos direitos de nossos índios.”</p> <p>Ex2. Lula, 2005: “A preocupação com os direitos das mulheres e com a promoção da igualdade racial permeia todas as nossas políticas públicas. (...) Exemplifico com algo que me emociona profundamente: negros e índios pobres, oriundos da escola pública, agora podem entrar na universidade, graças ao nosso programa de cotas étnicas e de apoio financeiro aos alunos carentes.”</p>
	Autodeterminação dos povos	Sem subcategoria	Termos: povos; reconhecimento; autodeterminação.	Ex. FHC, 2002: “O Brasil apoia a criação de um Estado palestino democrático, seguro e economicamente viável, assim como o direito do povo palestino à autodeterminação. O Brasil também defende o direito à existência do Estado de Israel dentro de fronteiras reconhecidas e o de seu povo viver em segurança. Ambas são condições essenciais para uma paz duradoura no Oriente Médio.”
Direitos Humanos	Instituições e Tratados Internacionais	Sem subcategoria	Termos: Nações Unidas; Conselho de Direitos Humanos; Declarações, etc.	Ex. Itamar, 1993: “A Declaração e o Programa de Ação de Viena constituem avanço significativo na promoção e proteção dos direitos humanos inclusive pelo aprimoramento de conceitos agora inquestionavelmente reconhecidos como universais. Ao reafirmar a interdependência de todos os direitos humanos, a merecerem igual proteção, a Declaração reconhece que os direitos individuais se transformam numa ficção jurídica, se a seus titulares,

				assim como aos Estados que os garantem, faltam recursos materiais para fazê-los valer.”
--	--	--	--	---

Fonte: Elaboração própria.

Seguindo essa ordem, portanto, temos:

TEMA> CATEGORIAS> SUBCATEGORIAS> UNIDADES DE REGISTRO> UNIDADES DE CONTEXTO

No período de pré-análise do projeto, foi realizada uma extensa coleta de discursos oficiais<sup>2</sup> para a construção do banco de dados, seguidos pela organização desse material de acordo com o governo presidencial e o ano. As amostras que integram o banco de dados são principalmente discursos oficiais de presidentes e/ou ministros, e possivelmente outros atores governamentais relevantes. A principal fonte de tais materiais é o site da Biblioteca da Presidência da República<sup>3</sup>, o qual tem arquivados inúmeros discursos oficiais de vários ex-presidentes da República, além dos da atual presidência, assim como coletâneas de discursos organizadas pela Fundação Alexandre Gusmão, disponibilizadas em seu site<sup>4</sup>. Já a metodologia adotada para a catalogação e, posteriormente, categorização dos discursos é de viés qualitativo por meio do software de análise NVivo 10. Por meio desse software é possível filtrar e classificar os discursos de forma eficiente. Com tal ferramenta é possível trabalhar com dados em qualquer idioma, armazenar dados e materiais do projeto em um único arquivo, tornando-o portátil, bem como importar documentos em diversos formatos (doc e docx, pdf, rtf, txt, etc.).

<sup>2</sup> Agradecemos a contribuição de Wallace da Silva Mello no extenso trabalho de coleta dos discursos.

<sup>3</sup> Site da Biblioteca da Presidência da República: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/pagina-inicial-3>

<sup>4</sup> Site da FUNAG: [http://www.funag.gov.br/pt\\_br/](http://www.funag.gov.br/pt_br/)

No momento, o banco de discursos do Projeto agrega o total de 4.895 discursos oficiais de Presidentes desde o período da redemocratização (volta do governo civil), além de 1.468 discursos dos presidentes anteriores<sup>5</sup>. Separados por Presidente, temos:

Tabela 2: Quantificação do banco de discursos, por presidente (período redemocratização).

Presidentes	Total de discursos
Sarney	579
Collor	106
Itamar	80
FHC	1510
Lula	2354
Dilma	266 <sup>6</sup>
Total	4.895

Fonte: Elaboração própria.

O trabalho de análise de conteúdo desses discursos é temático, ou seja, busca-se no conteúdo das fontes (ou seja, dos discursos) uma posição afirmativa ou sentença específica sobre determinado tema. Os primeiros temas escolhidos como categorias de análise foram: direitos humanos, cooperação e diplomacia pública. Com isso, o primeiro passo é identificar quais discursos possuem referência aos temas citados, o que é conseguido por meio de uma busca simples por palavras. Aqueles discursos que apresentam alguma referência são agregados em um *nó*<sup>7</sup> designado de acordo com o tema (*nó* direitos humanos, *nó* cooperação, etc.). Uma vez identificado quais fontes possuem menção ao tema, passa-se a codificar as particularidades desse tema em *subnós*<sup>8</sup>, ou subcategorias, para isso é necessário ler cada fonte agregada no *nó* do tema. Uma vez que não há uma regra geral para o estabelecimento das categorias, as mesmas dependem do tema principal a ser analisado, do objeto da pesquisa e da subjetividade do pesquisador. Por exemplo, o *nó* direitos humanos agrega entre seus *subnós* categorias como: respeito aos direitos humanos, autodeterminação dos povos, instituições internacionais, direito das mulheres, direitos indígenas, etc.

Após a categorização das fontes, pode-se realizar a exploração do material, a qual é feita por meio da quantificação dos *subnós*, na contabilização da manifestação dos tópicos

<sup>5</sup> Especificamente, dos presidentes: Café Filho, Castello Branco, Costa e Silva, Figueiredo, Geisel, Getúlio Vargas (seus dois períodos de governo), Jânio Quadros, JK, João Goulart e Médici. Contudo, a quantidade disponível desses discursos é bem menor devido à ausência de digitalizações dos mesmos.

<sup>6</sup> O banco de discursos da atual presidente Dilma está em processo de atualização.

<sup>7</sup> *Nó* é a ferramenta do programa NVivo 10 para a codificação dos dados de acordo, por exemplo, com um tema.

<sup>8</sup> Os *subnós* são as codificações feitas a partir de um *nó* já existente.

relevantes ao tema pesquisado de acordo com os governos presidenciais. Dessa forma, é possível identificar quais foram os tópicos mais importantes, os menos frequentes e até mesmo as singularidades de cada um dos governos, e, posteriormente, realizar uma comparação dessa quantificação entre os governos. Destaca-se que tal quantificação dos dados não negligencia a análise qualitativa dos mesmos, pois cabe ao pesquisador, em sua subjetividade, fazer as deduções dos resultados, realizando a interpretação dos trechos codificados, relacionando-os, por exemplo, com a conjuntura da política doméstica ou da política externa, com as diretrizes políticas e econômicas do período de governo estudado, etc. O processo de quantificação das categorias consiste no instrumento pelo qual o pesquisador identifica a presença ou ausência dos tópicos importantes para o tema pesquisado, possibilitando também uma melhor visualização dos dados por meio de tabelas e gráficos. Uma vez que a categorização realizada pelo software não só quantifica como também armazena o discurso em referências textuais, sendo possível analisar qualitativamente o conteúdo da mensagem e, portanto, seu contexto histórico, político, econômico e social. Após essa descrição das etapas de análise, cabe agora demonstrar a prática da pesquisa aqui descrita.

### **3. Exemplificando: Análise de Conteúdo de Discursos na pesquisa sobre a política externa brasileira de direitos humanos**

Realizando um exercício preliminar<sup>9</sup>, foi realizada uma Análise de Conteúdo de Discursos tendo como fontes principais os vinte e oito pronunciamentos feitos tanto por Presidentes quanto Ministros das Relações Exteriores do período pós-redemocratização do Brasil (1985-2013) na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas<sup>10</sup>. A importância de tais discursos está no fato do conteúdo do pronunciamento apresentar os parâmetros da política externa brasileira do governo no poder, explicitar a posição do Estado perante as questões internacionalmente pertinentes e também por este ser o principal instrumento para anunciar inflexões, protestos e descontentamentos e, igualmente, expor ideias, conflitos, apoios e acusações perante a comunidade internacional, podendo assim produzir impactos positivos ou negativos nas relações com os demais Estados.

---

<sup>9</sup> A pesquisa que serve de exemplo pode ser vista na íntegra no trabalho “Política Externa Brasileira de Direitos Humanos: analisando a trajetória dos direitos humanos após a redemocratização por meio da Análise de Conteúdo de Discurso”, de autoria de Danielle Costa da Silva, apresentada no GT Estudos de Política Externa do IX Encontro da ABCP.

<sup>10</sup> A fonte principal de análise é o livro “O Brasil nas Nações Unidas 1946-2011” (2012), organizado por Luiz Felipe de Seixas Corrêa e editado pela Fundação Alexandre Gusmão. Para complementar o livro, somam-se os discursos da Presidente Dilma Rousseff disponíveis na página de Presidência da República, disponíveis em: [http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos#b\\_start=0](http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos#b_start=0).

Para analisar o conteúdo de tais discursos, primeiramente as fontes, já inseridas no software NVivo 10, foram codificadas de acordo com o nome do Presidente correspondente aos anos de seu período de governo, mesmo que alguns discursos tenham sido feitos por Vice-Presidentes ou por Ministros das Relações Exteriores. Por meio da leitura de tais discursos, foram identificados os trechos referentes ao campo dos direitos humanos e, em seguida, foi feita uma análise categorial desse conteúdo objetivando identificar quais foram os tópicos dentro do campo dos direitos humanos que tiveram mais destaque ou que mereceram atenção especial pelos governos democráticos. Essa análise categorial foi projetada primeiramente identificando o aparecimento de termos-chave (por exemplo, democracia, desenvolvimento, nomes de tratados ou instituições internacionais) nos trechos referentes aos direitos humanos, os quais serviram de base para a criação das categorias. As presenças de tais categorias são consideradas como representando a concepção de quem discursa (no caso, do governo) sobre o tema abordado. Em seguida, os trechos textuais, de acordo com seu conteúdo, foram agregados nessas categorias temáticas identificadas. Ressalta-se que algumas referências textuais podem ser inseridas em mais de uma categoria. As categorias identificadas foram:

Tabela 3: Categorias identificadas no *nó* direitos humanos.

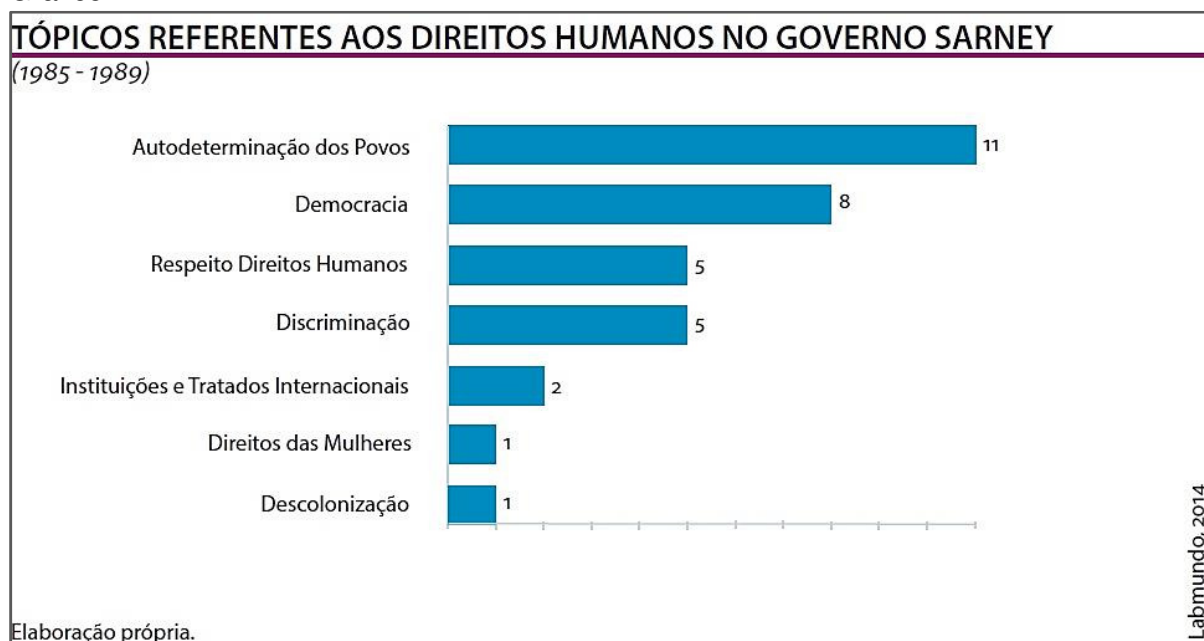
CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Respeito aos direitos humanos	Afirmações sobre respeito, promoção, proteção dos direitos humanos e contra a sua violação, em sua totalidade (direitos civis, políticos, sociais e econômicos).
Instituições e Tratados Internacionais	Agrega referências ao papel das instituições e órgãos internacionais, principalmente ONU, em relação aos direitos humanos.
Autodeterminação dos povos	Afirmações relacionadas à autodeterminação dos povos, como nos casos do conflito Palestina-Israel, autonomia e não ingerência em países em conflito.
Democracia	Afirmações sobre a relação entre direitos humanos e a democracia como forma de governo, garantidora da liberdade e dos direitos fundamentais das pessoas.
Discriminação	Refere-se às situações de segregação praticadas por Estados ( <i>apartheid</i> ), condenações às formas de discriminação, racismo e xenofobia.
Desenvolvimento	Relação entre a promoção do desenvolvimento e a garantia dos direitos humanos.
Combate à fome e à pobreza	Considerações de tais tópicos como sendo política de promoção dos direitos humanos.
Terrorismo	Afirmação de condenação ao terrorismo, visto como sendo uma ameaça à segurança da humanidade.
Direitos das mulheres, igualdade racial, direito das crianças e direitos dos indígenas.	Aglomera as menções a tais direitos específicos, tanto no âmbito das instituições internacionais quanto em nível doméstico (políticas públicas de promoção da igualdade e garantia de direitos).

Fonte: Elaboração própria.

Foi possível então realizar a análise categorial do conteúdo dos discursos, identificando-se a frequência de aparição de tais categorias dentro dos discursos dos governos. Com isso, foi possível construir gráficos<sup>11</sup> que quantificam tais elementos categoriais para cada governo presidencial. O exemplo será feito por meio de dois governos: o de José Sarney (1985-1989) e o de Lula (2003-2010).

O discurso do presidente Sarney na XL Assembleia Geral da ONU, em 1985, é considerado o marco inaugural da nova retórica oficial nos foros multilaterais após a redemocratização do país, demonstrando a importância que se passava a atribuir aos valores de direitos humanos como parte da transformação democrática do Estado e da sociedade brasileiros (BELLI, 2009; p. 176). Nele, Sarney buscou transmitir à comunidade internacional uma mensagem explícita de que o Brasil consolidava-se não só como uma democracia representativa, mas principalmente como uma nação respeitadora dos direitos humanos.

Gráfico 1.



Podemos ver que durante o governo Sarney as categorias que possuem mais referências são autodeterminação dos povos, democracia e discriminação. Isso reflete bem os contextos doméstico e externo desse governo, uma vez que o Brasil acabara de sair de um regime ditatorial marcado por diversos casos de privações de liberdades e violações aos

<sup>11</sup>As datas entre parênteses ao lado dos nomes dos Presidentes nos gráficos se referem às datas dos discursos por esse governo na Assembleia Geral das Nações Unidas.

direitos humanos e havia uma condenação da sociedade internacional ao regime do *apartheid* na África do Sul, resultando na suspensão pelo Brasil de exportações e outras atividades de intercâmbio com esse país enquanto vigorasse tal regime racista e renegador dos direitos humanos. A conjuntura internacional ainda estava marcada pela defesa da independência da Namíbia, conseguida em 21 de março de 1990 e que sofreu intensa resistência por parte da África do Sul, pela busca de países do Oriente Médio pela autodeterminação ou por estarem em situações de conflito étnico ou territorial e também conflitos como os ocorridos no Líbano, no Golfo Pérsico, no Afeganistão e a questão das Ilhas Malvinas, na qual o Brasil reconheceu os direitos soberanos da Argentina. Cabe mencionar que nas duas referências às instituições e tratados internacionais está a decisão do país em aderir aos Pactos das Nações Unidas sobre Direitos Cíveis e Políticos, à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, e o Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, caracterizando a atuação desse governo como estando voltada para a defesa dos direitos humanos mais elementares: o direito à vida, à saúde, à moradia, à alimentação, ao trabalho, de forma geral, direitos que garantisse o bem estar das pessoas.

Já a política externa do governo Lula (2004-2010), de forma geral, reforçou a participação do Brasil nos órgãos de proteção dos direitos humanos da ONU, além de ter colaborado com a busca de solução para problemas econômicos e sociais em nível global ao relacionar intensamente a questão do desenvolvimento com a dos direitos humanos. A própria política externa do governo Lula foi formulada e realizada em prol do processo de desenvolvimento nacional do Brasil e também de outros países em desenvolvimento.

Gráfico 2.



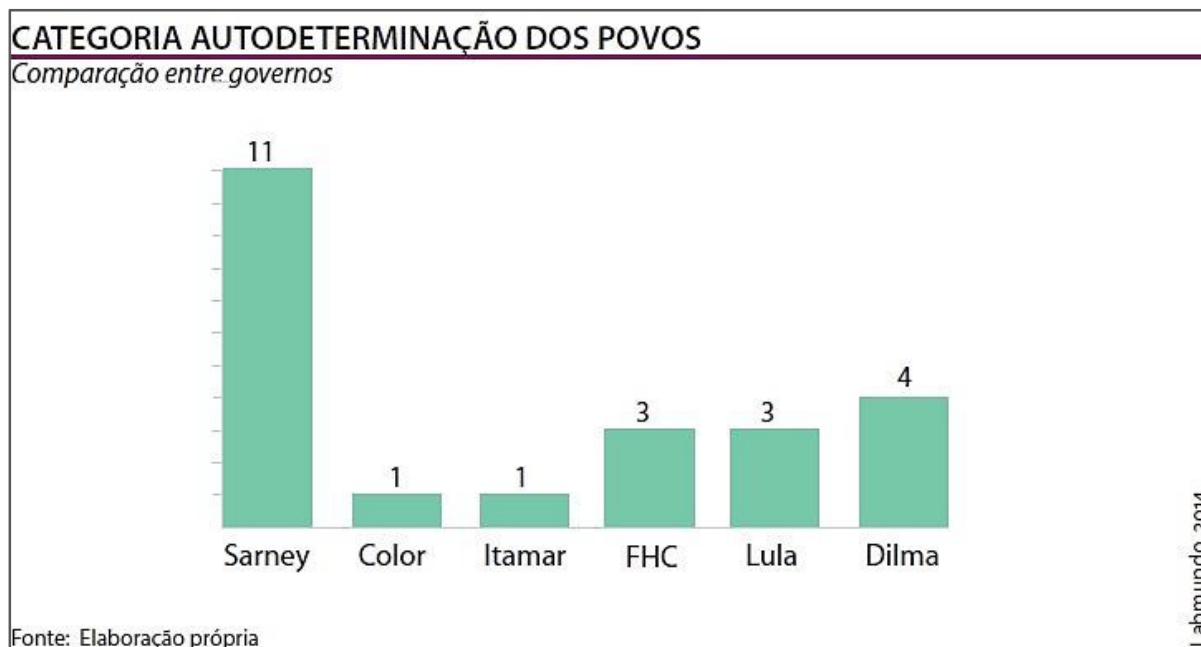


Os três tópicos com os maiores números de referências têm, de alguma forma, relação entre si: o combate à fome e à pobreza, o desenvolvimento e as instituições internacionais. A partir do governo Lula, a referência explícita ao combate à fome e à pobreza extrema como sendo tópico de importância vital no campo dos direitos humanos e também ao desenvolvimento marcou uma forte presença, uma vez que o combate à fome foi uma das principais características da política interna de Lula, sendo a mesma, portanto, incorporada à política externa desse governo. A própria defesa da erradicação da fome, em âmbito doméstico e externo, está baseada naquele que seria o mais fundamental dos direitos humanos: o direito à vida.

Ao mencionar em seus discursos que o Brasil estava instaurando um modelo de desenvolvimento no Brasil que unia estabilidade econômica com inclusão social, o governo Lula defendeu a instauração de uma ordem mundial na qual o comércio deveria servir à promoção do desenvolvimento social, principalmente na luta contra a fome e a pobreza, em complementação ao trabalho já desenvolvido pela Assembleia Geral, como a convocação de várias Conferências temáticas (direitos humanos, meio ambiente, direitos da mulher, discriminação racial). Para isso, o governo se engajou na proposta da criação de um Fundo Mundial de Combate à Fome e também a criação no âmbito da ONU de um Comitê Mundial de Combate à Fome, o qual seria integrado por chefes de governo. Também houve o pedido de reforço e aperfeiçoamento dos mecanismos da ONU na esfera dos direitos humanos, apoiando a criação do Conselho de Direitos Humanos, baseado nos princípios da universalidade, do diálogo e da não seletividade. Ainda nesse tópico, o governo Lula destaca o papel da cooperação internacional na esfera dos direitos humanos, principalmente entre países em desenvolvimento, para a solução de problemas socioeconômicos e de assistência humanitária, com ambos se orientando pelo princípio da responsabilidade coletiva, da não intervenção em assuntos internos, mas também acompanhada da ideia da “não indiferença”.

A categorização dos discursos de acordo com cada governo também nos possibilita realizar comparações entre eles, de acordo com as categorias definidas dentro do respectivo tema.

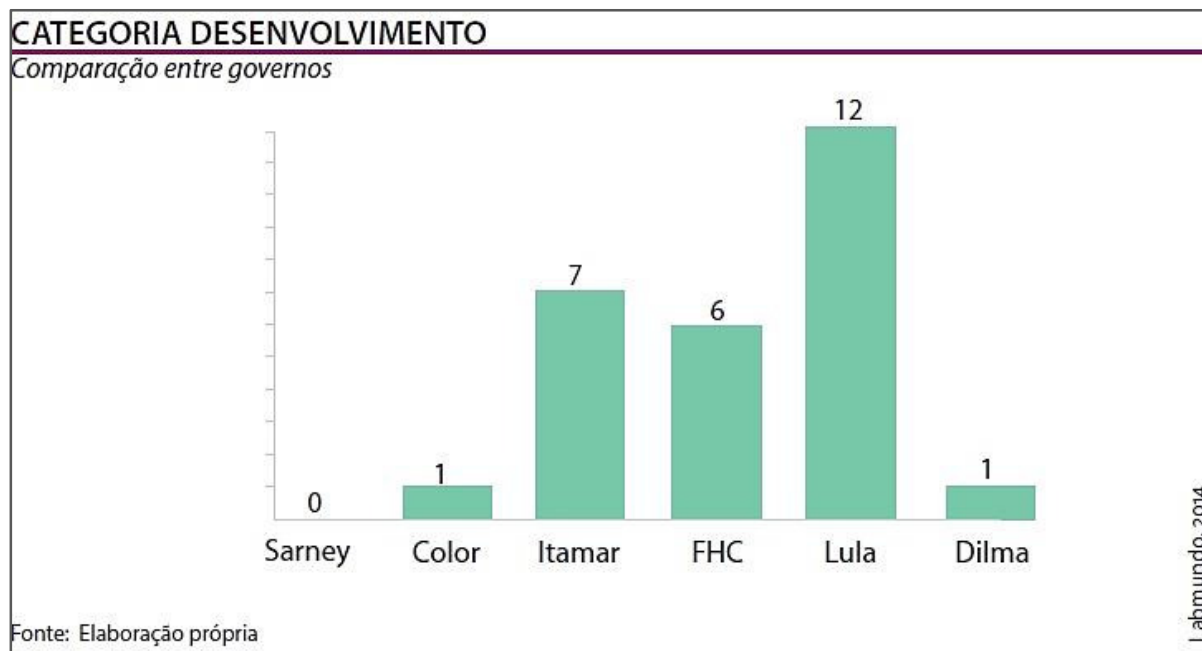
Gráfico 3.



Durante o governo Sarney, a categoria autodeterminação reflete em si o contexto externo no momento desse governo (conforme explicitado acima), abrangendo o caso do regime do *apartheid* na África do Sul, a defesa da independência da Namíbia, a busca de países do Oriente Médio pela autodeterminação, os conflitos étnicos e territoriais, Líbano, Afeganistão e das Ilhas Malvinas. O governo Collor, em seu curto período, centrou sua atenção na continuidade do conflito no Líbano e também do direito de autodeterminação do povo palestino. No governo Itamar Franco, aparece a questão da crise haitiana caracterizada pela retirada do poder do então presidente Jean-Bertrand Aristide e o pedido para que uma solução pacífica fosse aplicada ao caso, respeitando os princípios da não intervenção e da autodeterminação. Ao longo do governo de FHC, a questão do conflito do Timor Leste se destaca, com o governo defendendo o direito do povo timorense em decidir seu futuro como nação independente. Outro tema presente é a defesa da autodeterminação do povo palestino e o respeito à existência de Israel como Estado soberano. Novamente, a questão Palestina-Israel é considerada no tópico de autodeterminação dos povos durante o governo Lula, com pedido especial em prol diálogo entre os dois povos que vinha sendo feito no ano de 2004. Já no governo Dilma, além da frequente preocupação com a questão palestina e a reafirmação do reconhecimento do Estado palestino, soma-se o conflito na Síria e o reconhecimento do Sudão do Sul como país independente e soberano.

De fato, o maior destaque dessa categoria é a permanente citação à categoria autodeterminação dos povos, a qual aparece na fala de todos os Presidentes, principalmente por ser uma questão a qual o Brasil acompanha de perto<sup>12</sup>, sempre se posicionando a favor da existência de um Estado Palestino, do Estado de Israel com suas fronteiras originais (antes da ocupação de 1967) e também da possibilidade de palestinos e israelenses conviverem juntos.

Gráfico 4.



Um exemplo comparativo mais marcante é o da categoria Desenvolvimento. Da completa ausência do tópico nos discursos de Sarney e de uma singela menção em Collor, o desenvolvimento em sua relação com os direitos humanos ganha força primeiramente nos discursos do governo Itamar Franco, em seu sentido de promover benfeitorias para o bem estar dos indivíduos e nos benefícios que a democracia juntamente com o desenvolvimento trariam para o campo dos direitos humanos, com o conjunto democracia, direitos humanos e desenvolvimento se tornando indissociáveis. No governo FHC, mantém-se a defesa do desenvolvimento, mas baseado no que o governo chama de “concepção moderna de desenvolvimento”, promovendo os direitos humanos, tanto civis e políticos, sociais e culturais, apesar de ter sido o viés econômico do desenvolvimento o que mais se sobressaiu durante essas referências, como a defesa da eliminação das práticas e barreiras protecionistas para garantir acesso aos mercados e melhorar as condições do combate às doenças, exemplificado pelo caso do Brasil em relação à quebra de patentes e à produção

<sup>12</sup> O Brasil é membro observador do Movimento dos Não Alinhados (NAM), sendo sua participação voltada especialmente para o acompanhamento da situação da Palestina e dos embates com Israel.

de remédios genéricos, buscando disponibilizá-los de forma mais barata à população brasileira.

A partir do governo Lula, nota-se a referência explícita ao combate à fome e à pobreza extrema como sendo tópicos de importância vital no campo dos direitos humanos e também ao desenvolvimento. Ao mencionar em seus discursos que o Brasil estava instaurando um modelo de desenvolvimento no Brasil que unia estabilidade econômica com inclusão social, o governo Lula acaba defendendo a instauração de uma ordem mundial na qual o comércio deveria servir à promoção do desenvolvimento social. Cabe aqui destacar a relação entre o papel de Celso Amorim como Ministro das Relações Exteriores com o aparecimento do tópico do desenvolvimento tanto durante o governo de Itamar Franco quanto do governo do presidente Lula. Dando continuidade ao modelo de desenvolvimento defendido pelo seu antecessor e também do compromisso com o combate à fome e à pobreza, o governo Dilma Rousseff ressaltou o papel das mulheres, principalmente como principais gerenciadoras dos recursos de programas de distribuição de renda, somando-se também a luta pela igualdade de direitos e contra a discriminação e a violência.

#### **4. Conclusões iniciais**

O principal objetivo que nosso projeto é contribuir para o debate metodológico e teórico de novas análises capazes de redirecionar o olhar para a atual conjuntura que a Análise de Política Externa. A apresentação, neste sentido, da Análise de Conteúdo de Discursos objetiva exatamente ilustrar as potencialidades do projeto e demonstrar a sua funcionalidade para a análise da política externa tanto na Ciência Política quanto nas Relações Internacionais.

A quantificação do conteúdo dos discursos possibilita ao pesquisador não apenas um material empírico, mas uma forma de identificar quais tópicos/categorias aparecem, ganham destaque ou são deixados de lado, auxiliando-o, por exemplo, na construção dos marcos políticos de um determinado governo, em um determinado tema. O trabalho de leitura dos discursos e de categorização dos trechos também acaba por familiarizar ainda mais o pesquisador com seu objeto de pesquisa, dando-lhe um conhecimento mais a fundo sobre o tema, guiando a análise qualitativa dos dados.

Por se tratar de um projeto de pesquisa ainda em andamento, cabe destacar que novas formas de interpretar os conteúdos dos discursos, assim como a exploração de outras ferramentas disponíveis do software NVivo 10, tais quais a frequência de palavras e o

agrupamento de palavras próximas, podem vir a ser amplamente utilizadas nessa análise, contribuindo ainda mais para o fornecimento de material empírico para as pesquisas.

Visto isso, a partir dos argumentos e dos exemplos apresentados aqui, pode-se concluir que é eficaz a aplicabilidade do método Análise de Conteúdo de Discurso para a captação dos conteúdos presentes nos discursos presidenciais então analisados pelo projeto. Por meio desse método, foi possível identificar as especificidades, as mudanças e as semelhanças dos discursos oficiais dos governos federais no âmbito das Nações Unidas e, conseqüentemente, da atuação do Estado brasileiro perante a política externa de direitos humanos.

Se a Política externa é fruto da forte relação entre o doméstico e o internacional e, se caminha para uma percepção sobre a sua necessidade de diálogo com a sociedade, buscando colocar-se como uma política pública, a análise dos conteúdos dos discursos oficiais nos permite então perceber as controvérsias presentes na fala e intenção dos representantes e atores responsáveis por dar voz ao Estado brasileiro nos foros internacionais, eventos, e organizações internacionais. Sendo assim, nossa proposta de análise dos discursos, que une o quantitativo com o qualitativo, se apresenta como meio eficiente e adequando que se associa a outros métodos (análise histórica, estudos de caso, pesquisa comparativa) no sentido de fortalecer e encorpar os estudos de política externa no Brasil, agora uma temática dentro dos encontros da ABCP.

### **Referências bibliográficas:**

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011 [1977].

BELLI, Benoni. **A Politização dos Direitos Humanos**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; LOPES MELO, Marlene Catarina de Oliveira; GONÇALVES, Carlos Alberto. “Análise de Conteúdo e Análise de Discurso nas Ciências Sociais”. In. **Organizações Rurais e Agroindustriais – Revista de Administração da UFLA**. Volume 5, nº 1, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora UnB, 2001 [1992].

HANSEN, Lene. “Discourse analysis, identity, and foreign policy”. In. **Security as practice: discourse analysis and the Bosnian War**. Nova York: Routledge, 2006, cap.2, pp. 15-32.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Letícia. “Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública”. In. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 35, nº 1, janeiro/junho 2013, p. 11-41.

MILLIKEN, Jennifer. “The Study of Discourse in International Relations: A Critique of Research and Methods”. In. **EuropeanJournalofInternationalRelations**. Vol. 5:225, pp. 225-254, 1999.

NOGUEIRA, Conceição. “A Análise do Discurso”. In. ALMEIDA, Leandro S. e FERNANDES, Eugénia M.(Edts). **Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação**. Braga: CEEP, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 11ª Edição, 2013 [1999].

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes Editores, 6ª Edição, 2012 [1983].